

ADUFRJ

Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andes Sindicato Nacional

Ano V

15 a 21 de outubro de 1999

Zulmair Rocha



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reuniu de 15 mil a 20 mil pessoas, no último dia 6, em Brasília, para protestar contra a política educacional do governo. O ato, que foi chamado Marcha em Defesa e Promoção da Educação Pública, teve o apoio de parlamentares da oposição e do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva. Os líderes do movimento entregaram um dossiê intitulado Retrato da Escola ao ministro da Educação, Paulo Renato, e aos presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, ACM e Michel Temer. Entre as principais reivindicações, os docentes pediram a ampliação dos recursos da Educação dos atuais 3,7% para 10% do PIB nacional; salários melhores; melhoria da infra-estrutura das escolas, garantia de vagas para todos no ensino e programas permanentes de formação.

Nova diretoria da Adufrj toma posse dia 15 de outubro

O professor José Sanglard, da Escola de Engenharia, toma posse nesta sexta-feira, 15 de outubro, como presidente da Adufrj Seção Sindical para o biênio 1999/2001. A nova diretoria é composta também pelos professores Henrique Innecco Longo (E.Engenharia), Maria de Lourdes Passos (I. Psicologia), Regina Célia Pugliese (CAp), Cleusa dos Santos (E. Serviço Social) e Roberto Leher (F. Educação).

A Assembléia de Posse acontece no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Centro, a partir das 18h.

Proposta de reserva de vagas nas Federais gera manifestações da comunidade universitária

Páginas 6 e 7

Adufrj diminui mensalidade dos sindicalizados

Página 5

UFRJ usa novo sistema de coleta de dados para avaliação da Ged

Página 3

Dois anos de mandato

Dia 15 de outubro de 1999 completamos nosso mandato na direção da Adufrj-SSind. Coincidentemente, este também foi um dos períodos mais atribulados na história da UFRJ. O desmonte sistemático das instituições públicas promovido pelo governo FHC, e da universidade em particular, atingiu a UFRJ em cheio, culminando com a nomeação de um interventor, apesar da oposição da grande maioria da comunidade acadêmica.

O estrangulamento financeiro, salarial e orçamentário, o total desprezo demonstrado pelo governo FHC com o ensino público tiveram resposta por parte do movimento docente: a greve nacional das universidades em 1998. A adesão foi notável, não só por parte dos professores, e demais setores da universidade, mas principalmente pelo interesse despertado na população. Num quadro de crescentes dificuldades enfrentadas pela oposição ao governo FHC, a greve nacional dos docentes foi uma demonstração política clara de que é preciso mudar os rumos implantados pela chamada "globalização".

Nosso mandato, durante a greve nacional, ainda presenciou dois eventos importantes: as eleições para a Reitoria da UFRJ e para a direção nacional do nosso sindicato. Apesar das polêmicas e divergências, os docentes da UFRJ deram uma demonstração de maturidade política. Em plena greve, tivemos os dois processos eleitorais absolutamente normais. É claro que o desfecho final foi outro. Apesar da oposição clara da comunidade acadêmica, a nomeação de um interventor foi imposta. O final da greve demonstrou de forma clara as diferentes concepções políticas dentro do próprio movimento docente.

Se a greve não resolveu definitivamente nossas dificuldades, com certeza mostrou um caminho. Não estamos satisfeitos com a Ged, mas estaríamos menos ainda com as bolsas do Mec (o famigerado PID) e com a exclusão absoluta dos aposentados. Nosso movimento, muito além de questões salariais, tem sido o instrumento democrático da defesa da instituição pública. Foi através dele que consagramos o concurso público, o afastamento das ingerências politiquie-

ras dos governos na instituição, o financiamento do ensino público pelo Estado.

Se as ameaças à universidade pública ainda persistem, se nosso sindicato continua dividido, também retomamos o caminho das discussões públicas, democráticas, da importância da mobilização de nossa base. O governo FHC e seus pares menores dispõem de um poder político, jurídico, de inserção na mídia, igual ou maior do que o do tempo da ditadura militar. E, no entanto, o conceito de uma instituição pública, dedicada ao ensino, à pesquisa, à extensão, voltada para as necessidades de nossa população, não pode ser apagado, persiste e retorna sistematicamente às nossas pautas. E para isto é fundamental a organização democrática do movimento docente.

A Diretoria da Adufrj-SSind, ciente dos limites de sua atuação, conclui seu mandato com a satisfação de ter contribuído para que nossa Seção Sindical continue sendo um dos instrumentos políticos importantes da defesa de um dos patrimônios mais significativos de nossa nação – a universidade pública brasileira.

Na rota do tráfico

O ministro da Educação, Paulo Renato, disse aos jornais, no último dia 8, que o campus da Ilha do Fundão serve frequentemente ao desembarque de drogas que entram pela Baía de Guanabara. "A universidade está ao lado de um local que é, praticamente, rota de tráfico", comentou. Em relação a esse assunto, Vilhena quer instalar câmeras de vídeo nas entradas e saídas da Cidade Universitária para inibir a entrada de traficantes no campus e tentar controlar o movimento de pessoas estranhas no meio universitário.

Greves

As montadoras de automóveis receberam uma forte pressão dos metalúrgicos, no último dia 7. Um protesto pela criação de um contrato coletivo nacional liderado pelas centrais CUT e Força Sindical envolveu aproximadamente 70 mil trabalhadores e parou a produção de 15 montadoras do ABC, capital, região de Campinas e do Vale do Paraíba. Os sindicalistas pedem um piso salarial único de, no mínimo, R\$ 800. Não aceitam, por exemplo, que empregados de montadoras do ABC recebam um salário médio de R\$ 1,5 mil, os da Fiat, em Minas, de R\$ 800, e os da Volkswagen, em Resende, ganhem R\$ 400.

Seminário

O Hospital Escola São Francisco de Assis e o CFCH convidam toda a comunidade para o III Seminário Universitário de Extensão em Ecologia da Mente, a ser realizado no dia 21 de outubro. As inscrições serão realizadas no dia e local (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Amaro Lima, 15, Cidade Nova) do evento, nos horários de 8h às 8h30 e de 13h30 às 14h. Pelo horário integral, os interessados vão pagar R\$ 10, mas, por meio horário, a taxa cai a R\$ 5.

Depois de uma caminhada de mais de 1,5 mil quilômetros a partir do Rio de Janeiro, a Marcha Popular pelo Brasil chegou a Brasília para protestar contra o governo federal e o FMI. E acabou rendendo uma boa polêmica para o líder dos sem-terra João Pedro Stédile. Houve uma tentativa de invasão do Banco Central e empurra-empurra entre militantes e a polícia militar. Em meio ao tumulto, Stédile convocou uma grande manifestação nacional para novembro, estimulando a depredação de postos de pedágio nas estradas, invasão de latifúndios e paralisação dos operários de usinas hidrelétricas. No dia seguinte, o líder já pedia desculpas pelas declarações, mas já era tarde. O Ministério da Justiça estuda formas de enquadrá-lo em crime de incitamento à violência. Fora esse incidente, a manifestação teve um ato ecumênico na praça onde foi queimado vivo o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos e encontro de um sem-terra típico com o presidente do BC, Armínio Fraga. Este reconheceu o grave estado social do país, mas anunciou melhores dias para breve. É o que esperamos...

Nova coleta de dados para a Ged 99

A coleta de dados para a avaliação Ged 99 vai ganhar um novo formato esse ano. Em uma tentativa de simplificar o trabalho da comissão e conseguir agilidade nos processos, os docentes vão preencher seus dados em um aplicativo disponibilizado na Internet chamado SIGMA. O Sistema Integrado de Gerenciamento Acadêmico terá o objetivo de prover uma base corporativa de informação sobre as atividades acadêmicas, de natureza científica, artística e técnica realizadas e desenvolvidas na UFRJ. Aliás, além da Ged, os dados fornecidos vão servir para a Coleta de Dados Capes relativa a 1999, evitando trabalho dobrado para os professores e, no futuro, espera-se que o sistema dê suporte para outras demandas como avaliação institucional da universidade, entre outras.

Integrante da comissão de avaliação local, o professor Fernando Rochinha avisa que o campo de dados relativo à Ged não está pronto ainda, uma vez que nem as regras locais foram fechadas – isso será feito nesta sexta-feira (15/10) em reunião conjunta CEG/CEPG –, mas faz um alerta importante: "É fundamental que os docentes procurem se cadastrar no sistema o quanto antes, até para que a gente possa fazer um mapeamento das unidades com dificuldades", comenta. Depois, acredita ele, com um universo de docentes bastante amplo já cadastrado, ficará mais fácil instruir o preenchimento de dados. A página do SIGMA é: www.sigma.ufrj.br e mais informações sobre o cadastramento nesse sistema podem ser conseguidas no site da UFRJ.

Clipping

A coluna Coisas & Fatos do jornalista Genilson Gonzaga, do Jornal do Commercio, informa em 08/10: "Dizem que no Brasil é exorbitante o número de funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Não é bem assim. Eles representam 9,3% da população economicamente ativa. Na França, por exemplo, esse índice é de 24%, informa o professor Sérgio de Azevedo, especialista em administração pública, formado pela Fundação Getúlio Vargas. Ele desmifica assertivas de que o serviço brasileiro está inchado. Tem, sim, é muito cacique e pouco índio."

Em cinco anos, mais da metade dos médicos que trabalham nos hospitais federais vai estar se aposentando. Em dez anos, a maioria dos profissionais de saúde lotados nessas unidades também terá saído por aposentadoria. Esta é uma projeção do Ministério da Saúde – divulgada em O Globo (10/10) –, que não faz concurso há quinze anos para contratação de pessoal. Com onze hospitais e 7.651 profissionais, a rede federal se transformou em uma verdadeira "bomba-relógio armada", de acordo com definição da chefe de escritório do Ministério no Rio, Ana Tereza da Silva Pereira.

Sucateamento das universidades, salários congelados, corte nos financiamentos para pesquisas, mudanças na Previdência e a nova LDB: todos esses fatores reunidos levaram muitos docentes das universidades públicas a se aposentarem precocemente, de acordo com matéria de O Globo (10/10). A UFRJ, por exemplo, perdeu 14% de seu quadro por aposentadoria nos últimos três anos. Enquanto isso, a Universidade Estácio de Sá, a segunda maior do estado, atrás apenas da própria UFRJ, subiu de 9% para 52% o seu número de professores com mestrado e doutorado – a nova LDB exige que todas as universidades tenham pelo menos 33% de seu corpo docente com mestrado e doutorado até 2004.

Zulmair Rocha



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES
REPORTAGEM: KEVIN MELO DE CARVALHO
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDRES
E-MAIL: adufri@axlibase.org.br
E-MAIL: adufri2@axlibase.org.br
Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufri/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:
ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE:
ROBERTO HOUAISS
2º VICE-PRESIDENTE:
PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO:
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIO:
REGINA CÉLIA DE SOUZA
PUGLIESE
1º TESOUREIRO:
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAUÇA (SUPLENTE)
- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS
- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNICK
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU
- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES) E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON
- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO
- NESCE: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Colegiados

CAp vai oferecer alfabetização

Introdução de classes de alfabetização pode ser a novidade do Colégio de Aplicação para o ano 2000 em diante. O dispositivo foi amplamente discutido e aceito na plenária do CAp e em seu conselho pedagógico, e ganhou o aval do CEG. Falta agora o parecer final da Procuradoria Jurídica da UFRJ (para verificar se não existe nenhuma ilegalidade no texto aprovado). Para este ano, a intenção do Colégio é abrir uma turma de CA de 25 vagas e uma turma de primeira série de 25 vagas – em vez das duas turmas de 25 de primeira série, como vinha sendo feito.

De acordo com a professora Celina Costa, diretora de ensino do CAp, essa medida foi tomada para evitar a sobrecarga de aula para o conjunto de professores do ensino fundamental. “A idéia é diluir esse esforço através dos anos até 2005, quando teremos 10 turmas nessa faixa em vez das oito atuais”, comentou. O objetivo principal, ainda segundo a diretora, é promover a democratização plena do acesso ao CAp pelo critério único de sorteio.

Hoje, para o ingresso na primeira série, o candidato passa por exames em Língua Portuguesa e Matemáti-

ca, nos quais deve alcançar apenas 50% de rendimento (vale a pena citar que não são dadas notas de aproveitamento. Só são medidas as aptidões). Após essa fase, é realizado um sorteio entre todos os candidatos considerados aptos. Como não existe forma de avaliar uma criança antes de sua alfabetização, o critério passa a ser apenas o de sorteio. Esse mecanismo fica mais bem compreendido, quando o mesmo edital já sinaliza que o CAp terá duas turmas de 25 vagas para 2001, fechando o acesso pela primeira série (ver tabela).

A professora garante que todos os docentes do ensino fundamental estão totalmente habilitados para dar aulas de alfabetização e que não haverá nenhum problema com a novidade.

O que ainda não foi decidido é o que mudará no edital de entrada no CAp pela quinta série em 2004 e em 2005 – nesses anos, pela tabela, verifica-se que apenas uma turma de quarta série estará passando para a quinta. “Vai depender do número de docentes em atividade até lá e da política educacional do governo federal, que, espero, não seja mais essa que está aí”, analisou Celina.

	Número de Turmas				
	Classe de Alfabetização	primeira série	segunda série	terceira série	quarta série
1999	-	duas	duas	duas	duas
2000	uma	uma	duas	duas	duas
2001	duas	uma	uma	duas	duas
2002	duas	duas	uma	uma	duas
2003	duas	duas	duas	uma	uma
2004	duas	duas	duas	duas	uma
2005	duas	duas	duas	duas	duas

Corte de telefone

Representante da Faculdade de Educação no CEG, a professora Iris Rodrigues de Oliveira reclamou na última reunião do colegiado (13/10) do corte de telefones de sua unidade por falta de pagamento desde o final de agosto. “Como a UFRJ é um órgão público, a Telemar sorteou randomicamente apenas uma linha que faz ligações externas. As demais só recebem as ligações”, comentou.

Voto de pesar

O CEG e o Consuni concederam esta semana um voto de pesar em razão da violenta morte do estudante Nelson Barbosa, do Instituto de Matemática, no sábado (dia 9/10). O aluno teve o carro roubado e foi assassinado a tiros no bairro de Jacarepaguá, onde morava. A SR-1 ficou de encaminhar uma carta pública ao corpo social do Instituto lamentando o ocorrido e, além disso, deve ser realizada ainda outra homenagem ao estudante.

Faltou empenho da reitoria na defesa do Canecão

Mais uma vez o assunto Canecão voltou a mobilizar o Conselho Universitário, no dia 14/10. Dessa vez, uma audiência pública com a comissão de educação, cultura e desporto da Assembléia Legislativa, marcada para as 15h do mesmo dia, serviu de motivador das discussões. Os parlamentares, depois de decidirem pelo tombamento da casa de espetáculos – lei sancionada pelo governador –, resolveram escutar alguém da universidade sobre a utilização daquele espaço tombado. Um grupo do colegiado foi escolhido para representar a universidade e, instruído pelos demais conselheiros, procurou não tomar qualquer atitude de atrito com os políticos. Chegou-se à conclusão de que falta de prestígio político é tudo que a UFRJ não precisa mais. A ação de reintegração de posse do Canecão continua no campo judicial, enquanto se pretende definir um projeto para a utilização do imóvel que conquiste a simpatia da sociedade.

Estudantes estrangeiros

Está causando preocupação no CEG o caso dos alunos estrangeiros estudando na UFRJ sem condições financeiras mínimas. Ganha destaque, nesse contexto, a situação dos angolanos (aproximadamente uns 50), cujo país vive uma guerra há anos. O sub-reitor Aníbal (SR-1) citou, inclusive, uma visita que a universidade recebeu do ministro do petróleo de Angola, que só demonstrou interesse na manutenção dos seus conterrâneos ligados aos programas de Engenharia. Enquanto isso, ainda segundo Aníbal, outros angolanos passam sérias necessidades.

Vem aí o III Coned

Com o tema “Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira: reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado”, terá lugar, em Porto Alegre, de 2 a 5 de dezembro, o III Coned. As inscrições para o evento já estão abertas. Até 18 de outubro, estudantes pagam R\$ 15; trabalhadores da educação básica, R\$ 30 e trabalhadores da educação superior, R\$ 40 – outros participantes contribuem com R\$ 40. De 19 de outubro até 2 de dezembro, estudantes pagam taxa de R\$ 15, enquanto trabalhadores da educação básica entram com R\$ 40 e os trabalhadores da educação superior e outros participantes contribuem com R\$ 55. Duas observações importantes: estes valores não cobrem alimentação, hospedagem e transporte e os demais participantes da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão desconto de 20% sobre o valor da inscrição.

Financiamento

Frente parlamentar discute financiamento das universidades federais

O deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) defendeu a imediata aprovação de um projeto que dê conta do financiamento das instituições federais de ensino superior. A manifestação ocorreu durante o Debate sobre Autonomia Universitária promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, que aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro, em Brasília. No primeiro seminário que discutiu “Os fundamentos da autonomia universitária”, o deputado e autor do projeto original que trata do financiamento das Ifes (PL 119) disse que a questão do financiamento deve ser prioritária, já que a autonomia financeira determina todas as outras formas de autonomia. “Para mim não importa a autoria, o fundamental é aprovar um texto que contemple todas as necessidades das universidades públicas”, ele completa se referindo ao substitutivo ao PL do então relator Florestan Fernandes que foi, em 94, aprovado pela Comissão de Educação da casa.

O presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Rodolfo Pinto da Luz, afirmou que a autonomia universitária é condição fundamental para que as Universidades possam se desenvolver plenamente. Ele disse que a própria Constituição (artigo 207) já assegura a autonomia, mas o Legislativo, até agora, não foi capaz de implantá-la. Na sua apresentação o reitor reafirmou as reivindicações do projeto de autonomia da Andifes, principalmente quanto à vinculação de, no mínimo, 75% da parcela da receita resultante de impostos às Ifes. “Essa vinculação é essencial para que as Universidades consigam uma estabilidade financeira. Por exemplo, o orçamento do próximo ano foi reduzido, e já era insuficiente. A vinculação é importante para evitar que todo ano a gente tenha que renegociar o orçamento e fique a mercê de uma nova crise econômica” explica.

O coordenador da Frente, deputado Pedro Wilson (PT-GO), afirmou que o objetivo é juntar as diferentes propostas para chegar a um consenso e depois

defendê-la no Congresso. Para isso, a Frente está promovendo debates, seminários e reuniões permanentes com as entidades. O Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, não compareceu ao debate, pois estava viajando para a Alemanha.

Entidades debatem financiamento

No segundo debate do dia, “O projeto de Autonomia: financiamento, mérito e limites”, os representantes das entidades (Andifes, Andes, Fasubra e UNE) chegaram a um consenso quanto à questão do financiamento. Segundo o vice-presidente da Andifes, Jader Nunes de Oliveira, a proposta do Mec referente ao financiamento é inaceitável (teto de R\$ 4,01 bilhões anuais), já que tem base no orçamento de 1997 que é insuficiente para a manutenção básica das Ifes.

Para o presidente do Andes-SN, Renato Oliveira, é necessária a garantia de um modelo de gestão universitária, além da isonomia de funcionamento e isonomia de cargos e salários. Segundo Renato, o Sindicato está promovendo assembleias em todas as universidades e a categoria vem mostrando disposição de deflagrar uma greve caso o governo apresente o projeto de autonomia ao Congresso. Já a coordenadora nacional da Fasubra, Léa de Sousa Oliveira, disse ser necessário envolver a sociedade civil nesse debate. A entidade está buscando intensificar o debate com a participação de representantes da sociedade. Para isso, a Frente Parlamentar é estratégica, mas é necessário ampliar o debate para a OAB, para movimentos populares, da igreja, das minorias. “Pela primeira vez o Mec conseguiu uma unanimidade entre as entidades. Todas estão contra esse projeto”, ela completa.

O presidente da UNE, Wadson Ribeiro, afirmou ser necessário dar visibilidade ao que significa autonomia universitária e defendeu uma forma mais democrática de eleição para reitor. O secretário de Ensino Superior do Mec, Abílio Baeta Neves, não compareceu ao debate. Também estava na Alemanha.

Posse da nova diretoria da Adufrj
Nesta sexta-feira, às 18h no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Centro

Arrecadação da Adufrj passa para 0,8%

A Assembléia Geral da Adufrj de 08/10 aprovou a proposta da diretoria de reduzir a mensalidade de nossos sindicalizados de 1% para 0,8%. Este novo valor passará a vigorar a partir de novembro. Na exposição sobre a situação financeira da Adufrj, apresentada pela Diretoria, foi relatada a importância da arrecadação baseada num percentual, mais justa do ponto de vista das diferenças salariais existentes. Com o percentual de 1% foi possível a recomposição de nosso fundo de reserva, que em janeiro estava em R\$ 22.000,00 e que passou para cerca de R\$ 330.000,00 em outubro. Foi graças ao nosso fundo de reserva que atravessamos a greve sem cotas adicionais e que conseguimos manter nossas atividades quando nossa arrecadação não foi repassada pelo Mec/reitoria da UFRJ. Como o repasse ao ANDES-SN é fixo para todas as AD's, no valor de 0,2% do salário de cada sindicalizado, a arrecadação para a Adufrj passou de 0,8 para 0,6 %. Com estes novos valores, a arrecadação da Adufrj passará para um valor bruto de cerca de R\$ 68.000,00 mensais. Temos uma estimativa de despesas mensais médias de R\$ 57.000,00. Um ponto que ainda está em discussão é o novo contrato com nossa Assessoria Jurídica. Esperamos em breve apresentar os termos e o valor do novo contrato.

A diretoria

Somos o 18º em produção de C&T

Durante o seminário promovido pela Frente, o reitor da SBPC, Jorge Almeida Guimarães, forneceu alguns dados sobre a produção científica brasileira ao longo das últimas décadas. Em 1973, quando se iniciou uma significativa produção de artigos científicos nacionais, foram publicados 373 trabalhos. Em 1998, a produção foi de 8.712 artigos. No ranking das nações que mais produzem ciência, de 1992 a 1996, o Brasil ocupa a 18ª posição. Guimarães acredita que se houvesse uma política de financiamento à ciência no país, em pouco tempo estaríamos entre os dez primeiros.

As universidades públicas produzem 82% da pesquisa nacional, mas 72% desta se concentram nas regiões Sul e Sudeste.

Reserva de vagas nas Públicas?

Formada pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, em 69, a professora Maria Judith Sucupira Costa Lins, de 52 anos, foi uma das primeiras vozes a chamar a atenção para os problemas do projeto de reserva de vagas nas universidades. Em artigo publicado no dia 13/09, em O Globo, esta docente - com mestrado em Educação na PUC-RJ, em 72, e doutorado em Educação em 96, na UFRJ - critica a iniciativa que, no seu ponto de vista, vai "artificializar" o processo de aprendizagem. Atualmente, Maria Judith faz parte do Laboratório do Imaginário Social e Educação (LISE), mas já foi professora titular da Universidade Santa Úrsula, de 71 a 96, ano em que ingressou na UFRJ.

O atual projeto realmente ajuda quem estudou a vida toda em colégio público?

O projeto de reserva de vagas na universidade para os alunos que estudaram todo o tempo na escola pública não está realmente atendendo estes alunos, mas criando uma esperança e artificializando o processo de aprendizagem. Parece-me uma medida sem respaldo científico, mas com vistas a atender um segmento da população que vota; enquanto investir em crianças não traz este retorno. Trata-se de uma medida paliativa que não ataca o problema pela raiz.

Essa iniciativa é uma novidade?

Não. Nos Estados Unidos se pratica até hoje o que se chama de ação afirmativa. Uma reserva de vagas para o ingresso de alunos nas universidades, com variação de estado a estado. O que citei no artigo de O Globo foi justamente o exemplo da revogação dessa iniciativa na Califórnia, em junho de 1998, quando se viu que a experiência não estava dando certo.

Como foi discutido este problema nos Estados Unidos?

Este problema já foi analisado pela filósofa política Hannah Arendt que chama a atenção para o fato da discriminação contra algum grupo continuar existindo quando se enfatiza um currículo com as características específicas deste. Isto estabelece uma não-instrumentalização, sendo um disfarce democrático, pois não dá a esse grupo condições de competição. Concretamente, ela exemplifica citando um abaixo-assinado, ao qual lhe pediram para aderir, pleiteando a organização de escolas com os currículos especifi-

camente voltados para grupos minoritários norte-americanos. Ela se negou e escreveu um artigo justificando sua posição.

Como assim?

O princípio é o seguinte: quando alguém lhe pede que negros tenham currículos para negros, hispânicos tenham currículos para hispânicos e mulheres tenham currículos para mulheres e homens brancos tenham currículos para homens brancos, de certa forma o conhecimento está sendo setorizado. Com isto se impede que todos tenham as mesmas ferramentas, os mesmos instrumentos, as mesmas armas. Não se pode separar mais do que já está separado. Esse é o nosso problema aqui. Se o aluno de colégio público não teve condições de obter essa vaga, a minha primeira inferência é que ele não estava bem equipado. Então, vamos equipá-lo. O que o Senado aprovou, em vez de "vamos equipá-lo", foi "vamos dar de graça".

Quais os problemas que um professor pode enfrentar com uma turma na qual metade dos alunos não está inteiramente capacitada?

Vejo vários problemas: o professor não poderá avançar na sua proposta metodológica curricular. Haverá um custo da universidade, porque esses alunos ficarão retidos no ensino superior por um tempo maior às custas do contribuinte. E esse custo seria evitado se as escolas de 1º e 2º grau tivessem qualidade. Eles precisam realmente ter o conhecimento. Não se pode vencer etapas artificialmente. Os créditos não são dados a alunos. São conquistados pelo trabalho. Dessa forma, o aluno precisa de turmas de apoio, como algumas universidades particulares estão fazendo: depois que o aluno entra e apresenta dificuldades, é chamado a cursar uma disciplina que não faz parte do currículo. Ele já está pagando, está com sua vaga garantida, mas é tão deficitário que ele vai ter que melhorar num semestre extra. Faz disciplinas que seriam do seu 2º grau (às vezes, do 1º grau), que infelizmente não teve. Só que ele está cursando uma universidade particular. A questão é delicada porque não se trata de uma mudança de grau simplesmente. É uma mudança nuclear. O tipo de pensar do aluno de 3º grau não é mais aquele de 2º grau. É preciso ter um raciocínio lógico abstrato bem construído.

Como atacar o problema?

Insisto na necessidade de uma escola pública de qualidade. Investir na escola pública, na formação dos professores, pagar salários dignos para os professores e pessoal que trabalha nas escolas de modo geral é algo indispensável. Estes são aspectos que modificariam o quadro de supremacia da entrada de alunos oriundos das escolas particulares. Uma coisa é bom deixar claro: vejo escola pública como um elemento fundamental da sociedade, da democracia. A nossa está sendo aviltada, abandonada pelos políticos. É preciso que todos tenham uma qualificação para uma competição mais justa no que diz respeito a vaga no ensino superior, e não uma reserva.

Projeto não avança na Câmara

O projeto que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para os estudantes oriundos das escolas públicas é de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB/MT). Segundo a assessoria da senadora Marina Silva (PT/AC), por se tratar de um projeto de lei ordinária de autoria de senador, foi aprovado simbolicamente na Comissão de Educação do Senado como primeiro item de pauta de uma sessão esvaziada, no dia 22 de junho, quando a bancada de oposição estava reunida em outro local discutindo um ponto considerado mais relevante que estaria na ordem daquele dia. A senadora encaminharia contra o projeto.

O projeto já foi apresentado na Câmara dos Deputados, mas não foi protocolado, ainda, na Comissão de Educação desta casa, tão pouco na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com assessores de parlamentares da oposição, o projeto não avança na Câmara por não ter apoio tanto em setores à esquerda quanto na base do governo.

Mas é certo que falta discussão sobre o tema e a Frente Parlamentar em Defesa da Educação, coordenada pelo deputado Pedro Wilson (PT/GO), já reservou parte de suas próximas reuniões para debater a proposta.

Para o sub-reitor de Graduação, Aníbal Gil Lopes, o projeto de reserva de vagas nas universidades não é constitucional, pois fere o princípio da equidade. "Entendo também que o repasse de alunos mal preparados para as universidades vai comprometer o bom desempenho do alunato", disse.

Somente estabelecer cotas é perpetuar o acesso restrito

A recente aprovação no Senado do projeto de lei estabelecendo um regime de cota de vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas reacendeu o debate sobre a demanda por ensino superior no Brasil.

No noticiário da imprensa e, sobretudo nos artigos de opinião publicados sobre a aprovação do projeto, o tom foi de crítica ao mesmo, seja porque este não consegue atingir o problema de fundo - a qualidade dos estudantes das redes públicas *estaduais* - seja por nele estar implícito um possível interesse demagógico, também diretamente relacionado à qualidade do ensino sob administração dos governos estaduais.

As críticas ao projeto sublinham o obviamente reconhecido: os estudantes das escolas particulares conseguem ingressar em maior número nas universidades públicas. Destacam também que o regime de cotas proposto ou provocará um processo interno de discriminação dos estudantes favorecidos pela nova lei ou exigirá a criação de programas para nivelá-los, demandando mais recursos. E mesmo alguns têm lembrado que experiências realizadas em outras países, como os EUA, visando assegurar o ingresso no ensino superior dos segmentos mais pobres e/ou discriminados têm sido contestadas ou eliminadas. Em geral, todos ressaltam o que também parece óbvio: a solução do problema encontra-se na melhoria do ensino médio das redes públicas *estaduais*. Ressaltamos o vínculo administrativo porque, primeiro, os estados são hoje os grandes responsáveis pela oferta do ensino médio no Brasil; segundo, há uma grande diferença de qualidade entre o ensino oferecido no conjunto das escolas estaduais e o das *poucas* instituições federais de ensino médio, como o Colégio Pedro II, as Escolas Técnicas e CEFETs, os colégios universitários; finalmente, porque o projeto, e este é o grande fator gerador das críticas ao mesmo, se refere, na realidade, aos estudantes das redes estaduais, em sua maioria oriundos de famílias pertencentes às camadas mais baixas das classes médias ou dos setores mais qualificados do operariado que, com raras exceções, historicamente não se incluem nas políticas públicas institucionais para o ensino superior.

Reconhecemos, como a grande maioria dos críticos do projeto, que a melhoria da qualidade do ensino médio das redes estaduais é uma necessidade imperiosa. Reconhecemos que a atual proposta de um sistema estabelecendo cotas de vagas na universidade públicas em função da origem do estudante não produzirá outros efeitos senão a discriminação ou exclusão desses estudantes logo nos primeiros períodos. Isto porque a grande maioria deles, ao iniciar um curso de graduação, também estará sendo pressionada a ingressar no mercado de trabalho e a universidade ainda está absolutamente pouco preparada para atender às necessidades de estudantes trabalhadores ou oriundos de famílias de baixa renda. As universidades públicas, geralmente, não tem uma política institucional objetivando a permanência desses estudantes. Faltam programas de apoio e mesmo bibliotecas com acervos suficientes ou com horários adequados às demandas desses graduandos. Um olhar atento sobre as características dos alunos que mais se evadem do ensino superior público poderia sinalizar algumas boas pistas para a compreensão da situação acadêmica dos universitários de baixa renda.

Mas é igualmente necessário procurar compreender as motivações que levam à formulação de tal tipo de projeto, descartando as soluções fáceis da simples boa intenção ou do maquiavelismo demagógico. Um projeto como este objetiva responder a uma forte e persistente demanda por acesso ao ensino superior. É absolutamente expressivo o crescimento dos que passam a portar um diploma do ensino médio. Somente nos últimos cinco anos este crescimento foi de 57,3% em todo o Brasil, conforme dados do INEP. Tal contingente de estudantes se constitui numa grande força de pressão pelo aumento de vagas no ensino superior, ao contrário do que afirmam vários vozes ministeriais que proclamam haver diminuído o desejo de ingressar na universidade.

O que de fato diminuiu, em decorrência do processo econômico recessivo e concentrador de renda, foram as possibilidades dos estudantes de mais baixa renda ou oriundos de escolas de menor qualidade ingressarem nas faculdades e universidades privadas, instituições às quais, dada a tradição recente do sistema de ensino superior brasileiro, estavam destinados.

Como buscar resolver de forma não-paliativa as legítimas demandas de continuidade dos estudos desses segmentos de estudantes, geralmente empobrecidos pelas políticas econômicas excludentes? Certamente não basta o estabelecimento de cotas por tipo de candidatos a vagas universitárias ou mesmo a

"mítica" (ainda que sempre bem vinda e desejada) melhoria no ensino fundamental e médio, para capacitar os mais pobres a melhor disputarem "oportunidades" nos vestibulares das instituições mais prestigiadas. Torna-se necessário proporcionar um maior acesso às universidades públicas, tanto pelo aumento número de vagas, inclusive em cursos noturnos, como pela interação estreita entre as universidades e as redes públicas de ensino, no sentido de possibilitar a formulação de políticas educacionais que viabilizem soluções para os principais dilemas das redes estaduais de ensino.

Mas além de possibilitar o acesso é preciso assegurar condições de permanência desses estudantes nas universidades. Ora para que hoje isto possa vir a ser possível é *imprescindível* que elas estejam devidamente aparelhadas, dotadas de recursos necessários para sua manutenção e *ampliação*, possuindo quadros docentes e funcionários, numericamente suficientes e condignamente remunerados.

Neste sentido, o debate sobre o aumento do número de matrículas está intrinsecamente relacionado à discussão sobre as atuais propostas de *autonomia universitária*, ponto prioritário na agenda educacional brasileira. Ponto que não deve ser da exclusiva atenção dos imediatamente interessados (professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos) mas de toda a sociedade civil brasileira, das sociedades científicas e culturais às entidades representativas de empresários e trabalhadores e dos partidos políticos. Deve ser ponto da pauta política dos segmentos da sociedade que não descartaram temas como o desenvolvimento nacional e a equidade social. Sobre tudo, dos que, almejando a constituição de uma ordem social realmente democrática, vêem um sistema de ensino ainda marcadamente elitista e discriminatório, legitimar sua exclusão.

Este artigo, é uma colaboração para o Jornal da Adufrj, sobre a questão de cotas de vagas e é subscrito pelos professores Eduardo Gonçalves Serra (Professor da Escola de Engenharia da UFRJ), Alex Pina de Almeida (Professor da Escola de Educação Física da UFRJ), Máximo Augusto Campos Masson (Professor da Faculdade de Educação da UFRJ).

Financiamento

Substitutivo Florestan Fernandes pode ser uma armadilha

Uma comissão formada pela diretoria do Andes e coordenação do GT Verbas do sindicato elaborou um documento que está sendo divulgado entre a categoria com considerações sobre o substitutivo Florestan Fernandes (PLC 119) que trata da regulamentação do financiamento das instituições federais de ensino superior.

O PLC 119/92 é de autoria do atual deputado Ubiratan de Aguiar (PSDB/CE) quando ainda era do PMDB. Na época da aprovação pela Comissão de Educação, seu relator era o professor Florestan Fernandes que deu parecer favorável à proposta, apresentando um substitutivo. Neste, Florestan resgatava alguns princípios defendidos pelo movimento docente quanto à garantia da destinação orçamentária para pagamento de pessoal de acordo com um plano único de cargos e salários (RJU) e à exigência de um adicional de 25% sobre as despesas de pessoal para o custeio e investimento das instituições.

Acontece que, ao final de 1994, a Comissão de Educação aprovou o substitutivo Florestan com uma série de emendas. Uma delas propunha que a dotação global (contida no substitutivo original) fosse de recursos para Custeio e Capital e "de pessoal". Considerava, ao contrário do original de Florestan, que o orçamento global poderia valer tanto para a verba de custeio e investimentos quanto para a de pessoal. Isso significaria que os reitores poderiam repassar verba de salários para a manutenção e compra de equipa-

mentos, por exemplo. Esta nova redação não foi percebida pelo próprio Florestan Fernandes e nem tão pouco pelo movimento docente, que referendou o substitutivo aprovado pela Comissão no Congresso Nacional do Andes-SN, em 1995.

O documento do GT Verbas chama atenção para os efeitos de se defender este substitutivo na discussão sobre financiamento e autonomia que está para ocorrer no Congresso Nacional. Combinada com a quebra da carreira única e com a subvinculação orçamentária, hoje na pauta dos ministérios, a versão do PL 119, com as emendas da Comissão de 1994, pode resultar em um mostrengo para as universidades.

O cenário previsto pelo GT, caso aprovado este PL, é, no mínimo, perturbador. As instituições poderiam mudar o plano de cargos e salários, economizando recursos através de contratações novas com salários menores. Os concursos hoje já tão escassos seriam ainda mais economizados. Contratos temporários, mão-de-obra rotativa e barata, professores substitutos e alunos da pós-graduação, a título de "experiência", dariam conta do grosso das atividades de aulas, principalmente na graduação. Reitores correndo atrás da iniciativa privada tentando repor as perdas em função do teto orçamentário. Além da cobrança de mensalidades, taxas e outros pagamentos aos alunos, com corte de benefícios e exclusão ainda maior de segmentos menos favorecidos da sociedade no acesso às instituições federais.

Andes-SN propõe alterações no substitutivo

Caso o movimento docente decida defender a aprovação do PL 119 (substitutivo Florestan) como regulamentação do artigo 165 § 5º, inciso I, da Constituição (que trata do orçamento dos Poderes da União, incluindo-se aí as universidades), o GT Verbas faz algumas ressalvas e propõe alterações.

Segundo o Grupo, os segmentos universitários devem rejeitar qualquer projeto que contenha a proposta de dotação orçamentária global (ou seja Outros Custeios e Capital mais verbas de pessoal e a combinação destas rubricas ou seu remanejamento de acordo com a vontade dos reitores) e a subvinculação orçamentária (teto de fi-

nanciamento, a exemplo dos R\$ 4,01 bilhões propostos atualmente pelo governo em seu projeto de autonomia).

O Grupo chama atenção, ainda, sobre a origem dos recursos para o financiamento das federais que, nos termos do Art. 212 da CF, devem ser de 18% da União e 25% dos estados e municípios.

O pagamento de aposentados e pensionistas deve ser feito com recursos do Tesouro Nacional, separado portanto das contas orçamentárias.

O GT sugere, também, que o Sindicato promova um Congresso Extraordinário, caso o movimento ache necessário atualizar a defesa do PL.

Congresso pode aprovar emenda de R\$ 150 milhões para as Universidades Federais

Segundo a assessoria do Deputado e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública Pedro Wilson (PR/GO), existem duas propostas na Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) de emendas ao projeto do governo para o Orçamento de 2000 relativas às instituições federais de ensino superior. Uma destina, além do já previsto para todo o sistema, uma verba de R\$ 150 milhões a serem repassados ao Mec a título de "Desenvolvimento do Ensino Superior". A outra seria específica para os Hospitais Universitários e demandaria cerca de R\$ 50 milhões.

A tendência, segundo a secretaria da CECD, é que apenas a emenda "global" seja aprovada, na próxima terça-feira (19), quando Comissão se reúne para definir quais emendas serão apresentadas ao Plenário.

O Orçamento da União para o exercício de 2000 tem que ser aprovado pelo Congresso até o dia 15 de dezembro.

Andifes também quer discutir o financiamento das Ifes a partir do PL 119

Em reunião na UFF, em Niterói, no último dia 11, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reafirmou o projeto de Lei 119/92 como ponto de partida para discussão de financiamento das Ifes. A proposta dos reitores é que as instituições de ensino tenham um orçamento que leve em conta o recurso para pessoal, mais 25% para custeios, além de 10% para investimentos. Fechado esse ponto, seria formado um conselho com representantes das universidades e da sociedade, que estaria em permanente contato com o Mec. O conselho se encarregaria pelo estabelecimento de critérios e de programas de investimentos.